

## Desempenho fiscal do Governo Federal em abril de 2025

- Os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativos a abril de 2025, mostram um bom desempenho das contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) nesse mês, com um superávit primário de R\$ 17,8 bilhões, bem acima do registrado no mesmo mês do ano passado (R\$ 11,6 bilhões). Esse resultado foi influenciado pelo aumento da arrecadação, que avançou em termos reais em ritmo superior ao crescimento das despesas, que ficaram limitadas devido à demora na aprovação do orçamento de 2025, cuja aprovação só saiu no mês de abril, deixando o Governo, durante os primeiros quatro meses de 2025, com um limite mensal de gastos de 1/12 da dotação orçamentária estabelecida para o ano todo.
- O resultado de abril ficou acima do esperado pelos analistas de mercado, conforme a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada mensalmente pelo Ministério da Fazenda, que projetavam uma evolução positiva da arrecadação, tendo em vista que tradicionalmente é um mês de forte entrada de receitas no governo, mas em patamar abaixo do alcançado. Cabe destacar que esse foi o melhor superávit já verificado para os meses de abril, desde 2022, quando o Governo Federal registrou um resultado positivo de R\$ 28,997 bilhões.
- Esse bom desempenho fiscal do Tesouro em abril contribuiu para o saldo positivo das contas públicas no acumulado do ano. De fato, nos primeiros quatro meses de 2025, as contas do governo registraram um superávit de R\$ 72,4, significando uma melhora relativamente ao observado no mesmo período do ano passado, quando o saldo positivo chegou a R\$ 31,8 bilhões. Além do crescimento das receitas, a redução no pagamento de sentenças judiciais definitivas (precatórios) pelo Governo Federal, em torno de R\$ 70 bilhões, também contribuiu para o bom comportamento das contas do governo nesse período. Em 2024, os pagamentos se concentraram no mês de fevereiro, enquanto para este ano estão previstos para julho próximo.
- Vale lembrar que a meta do Governo Federal é zerar o déficit das contas públicas. As regras estabelecidas pelo arcabouço fiscal permitem o governo ter um déficit de até 0,25% do PIB, o equivalente a R\$ 31 bilhões, sem que o objetivo seja formalmente descumprido. Embora o acumulado do ano mostre um desempenho positivo, a capacidade de manter a trajetória de superávits ao longo de 2025 dependerá de diversos fatores, incluindo a evolução da arrecadação e o controle dos gastos, especialmente diante de possíveis reversões de medidas fiscais e a antecipação de pagamentos.
- O crescimento das receitas federais foi um fator determinante para esse resultado favorável. Em abril, a receita total do Governo Central cresceu 4,9% em relação a abril de 2024 (já descontada a inflação). A receita líquida, por sua vez, apresentou acréscimo de 5,1% em termos reais. No que tange às despesas, houve um avanço de 2,5% em abril, também em termos reais, comparado ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento dos gastos foi puxado, entre outros, pelos benefícios previdenciários.

- O superávit de abril foi impulsionado pelo crescimento da arrecadação federal, cujas receitas administradas pela Receita Federal cresceram 3,3% em termos reais no mês de abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os avanços mais significativos foram observados nas receitas provenientes do Imposto de Importação, decorrente da alta do dólar, e do Imposto de Renda. A alta do lucro das empresas também beneficiou o caixa do Tesouro. Por outro lado, as receitas não administradas pela Receita Federal registraram expansão real de 18,2% na comparação com o mesmo mês de 2024, influenciada pelos pagamentos de dividendos das estatais e a alta de 18,2% nos royalties de petróleo, decorrente da desvalorização cambial ao longo do ano.
- Do lado das despesas, o principal fator de expansão dos gastos públicos foi a Previdência Social, cujos gastos subiram 2,4% acima da inflação em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado, devido ao aumento do número de beneficiários e à política de valorização do salário-mínimo. Estes mesmos fatores também influenciaram a expansão dos gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os quais registraram crescimento de 9,9% acima da inflação em abril, relativamente a abril de 2024. As despesas obrigatórias com controle de fluxo subiram 2,1% em abril, descontada a inflação, enquanto os gastos discricionários (não obrigatórios) subiram 5% em termos reais, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Os gastos com o funcionalismo público federal recuaram 1,4% em termos reais, mas as expectativas indicam uma maior expansão desse componente das despesas nos próximos meses, tendo em vista o início do pagamento retroativo do reajuste salarial para diversas categorias.
- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi superavitário em R\$ 14,2 bilhões em abril deste ano, bem acima do saldo obtido no mesmo mês do ano passado (R\$ 6,7 bilhões). O Governo Central registrou saldo positivo de R\$ 16,2 bilhões, enquanto estados e municípios tiveram saldo deficitário de R\$ 660 milhões e as empresas estatais contabilizaram um déficit de R\$ 1,41 bilhão. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 76,2% do PIB, R\$ 9,2 trilhões, em abril de 2025, aumentando 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

**Nossa visão:** Governo Central surpreende analistas de mercado, apresentando um superávit primário de R\$ 17,8 bilhões em abril, bem acima do registrado no mesmo mês do ano passado (R\$ 11,6 bilhões). Esse resultado foi influenciado pelo aumento da arrecadação, que avançou em termos reais em ritmo superior ao crescimento das despesas, que ficaram limitadas devido à demora na aprovação do orçamento de 2025. No acumulado do ano as contas do governo registraram um superávit de R\$ 72,4 bilhões, significando uma melhora relativamente ao observado no mesmo período do ano passado, quando o saldo positivo chegou a R\$ 31,8 bilhões. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 76,2% do PIB, R\$ 9,2 trilhões, em abril de 2025, aumentando 0,3 p.p. em relação ao mês anterior.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Abril de 2025 (Milhões correntes)

Discriminação	Jan-Abril		Variação (2025/2024)		Abril		Variação (2025/2024)	
	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)	2024	2025	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	896.007	973.254	8,6%	3,3%	228.151	252.540	10,7%	4,9%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	169.279	183.911	8,6%	3,3%	36.370	39.809	9,5%	3,7%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	726.728	789.343	8,6%	3,3%	191.781	212.731	10,9%	5,1%
4. DESPESA TOTAL	694.972	716.983	3,2%	-1,9%	180.196	194.949	8,2%	2,5%
<b>5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)</b>	<b>31.756</b>	<b>72.360</b>	<b>127,9%</b>	<b>115,6%</b>	<b>11.585</b>	<b>17.782</b>	<b>53,5%</b>	<b>45,5%</b>
Tesouro Nacional	124.297	170.769	37,4%	30,8%	41.975	50.664	20,7%	14,4%
Banco Central	-246	-274	11,6%	5,1%	-123	-263	114,6%	103,4%
Previdência Social (RGPS)	-92.295	-98.135	6,3%	1,1%	-30.268	-32.619	7,8%	2,1%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,85%	1,79%	-	-	1,17%	1,69%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Abril-2024/2025 - Valores a preços de abril/25 - IPCA – R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-ABRIL		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>951.485,60</b>	<b>983.197,40</b>	<b>31.711,80</b>	<b>3,30%</b>
<b>Receita Administrada pela RFB</b>	<b>628.257,40</b>	<b>654.315,40</b>	<b>26.058,00</b>	<b>4,10%</b>
Imposto de Importação	22.584,30	30.279,20	7.694,90	34,10%
IPI	24.906,80	28.363,50	3.456,70	13,90%
Imposto sobre a Renda	309.782,70	318.341,70	8.559,00	2,80%
IOF	22.544,60	22.965,50	420,9	1,90%
COFINS	126.313,50	124.474,10	-1.839,40	-1,50%
PIS/PASEP	36.955,90	35.449,60	-1.506,30	-4,10%
CSLL	75.859,30	78.320,50	2.461,20	3,20%
CIDE Combustíveis	1.038,20	970,2	-68	-6,50%
Outras Receitas Administradas pela RFB	8.272,20	15.151,20	6.879,00	83,20%
Incentivos Fiscais	0	0	0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	213.422,60	219.074,90	5.652,30	2,60%
<b>Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>109.805,60</b>	<b>109.807,10</b>	<b>1,5</b>	<b>0,00%</b>
Concessões e Permissões	1.743,10	2.091,30	348,2	20,00%
Dividendos e Participações	10.975,30	11.949,00	973,7	8,90%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	6.257,90	4.981,90	-1.276,00	-20,40%
Exploração de Recursos Naturais	47.111,70	52.278,40	5.166,60	11,00%
Receitas Próprias e de Convênios	8.373,80	7.898,50	-475,3	-5,70%
Contribuição do Salário Educação	10.688,30	11.252,20	563,9	5,30%
Demais Receitas	24.655,60	19.345,50	-5.310,10	-21,50%
<b>TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>179.702,40</b>	<b>185.700,70</b>	<b>5.998,30</b>	<b>3,30%</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>771.783,20</b>	<b>797.496,70</b>	<b>25.713,60</b>	<b>3,30%</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado Acumulado em Relação ao mesmo período do ano anterior. Jan-Abril-2024/2025 - Valores a preços de abril/25 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	JAN-ABRIL		Variação	
	2024	2025	Diferença	% Real (IPCA)
<b>DESPESA TOTAL</b>	737.454,80	723.476,00	-13.978,80	-1,90%
<b>Benefícios Previdenciários</b>	311.285,90	317.990,50	6.704,60	2,20%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.492,40	7.340,30	-152,2	-2,00%
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	123.322,00	120.563,70	-2.758,40	-2,20%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.607,40	953,1	-654,3	-40,70%
<b>Outras Despesas Obrigatórias</b>	137.729,10	119.728,90	-18.000,20	-13,10%
Abono e Seguro Desemprego	29.750,10	31.375,60	1.625,50	5,50%
<b>Apoio Financeiro a Estados e Municípios</b>	774,8	2.899,80	2.125,00	274,20%
<b>Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV</b>	37.480,80	41.837,20	4.356,50	11,60%
<b>Créditos Extraordinários</b>	613,9	1.042,00	428	69,70%
<b>Fundeb - Complementação da União</b>	18.577,90	22.403,60	3.825,70	20,60%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	5.991,30	5.473,80	-517,5	-8,60%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	1.410,20	1.340,70	-69,5	-4,90%
<b>Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)</b>	32.500,60	1.512,40	-30.988,30	-95,30%
Subsídios, Subvenções e Proagro	7.247,50	8.376,20	1.128,70	15,60%
Impacto Primário do FIES	689,4	632,4	-57	-8,30%
Demais	2.692,60	2.835,40	142,8	5,30%
<b>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.</b>	165.117,70	165.192,90	75,2	0,00%
<b>Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>	118.913,70	120.961,80	2.048,20	1,70%
<b>Discricionárias</b>	46.204,10	44.231,10	-1.973,00	-4,30%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Abril/2025 - R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-ABRIL				FLUXOS MENSAIS		
	2024	% do PIB	2025	% do PIB	Fevereiro	Março	Abril
<b>Nominal</b>	<b>224 245</b>	<b>5,99</b>	<b>160 645</b>	<b>3,97</b>	<b>97 226</b>	<b>71 621</b>	<b>55 536</b>
Governo Central(1)	222 446	5,94	161 967	4,00	98 609	69 010	43 966
Governos estaduais	-4 749	-0,13	-1 149	-0,03	410	3 444	9 367
Governos municipais	2 529	0,07	-4 124	-0,10	-1 907	-1 742	496
Empresas estatais(2)	4 019	0,11	3 951	0,10	113	908	1 707
<b>Juros nominais</b>	<b>285 565</b>	<b>7,63</b>	<b>263 505</b>	<b>6,51</b>	<b>78 253</b>	<b>75 209</b>	<b>69 686</b>
Governo Central(1)	252 772	6,75	230 522	5,70	70 093	66 705	60 193
Governos estaduais	28 418	0,76	28 667	0,71	7 044	7 373	8 350
Governos municipais	2 564	0,07	3 057	0,08	703	789	854
Empresas estatais(2)	1 810	0,05	1 260	0,03	413	342	289
<b>Primário</b>	<b>-61 320</b>	<b>-1,64</b>	<b>-102 860</b>	<b>-2,54</b>	<b>18 973</b>	<b>-3 588</b>	<b>-14 150</b>
Governo Central	-30 327	-0,81	-68 555	-1,69	28 517	2 305	-16 227
Governos estaduais	-33 167	-0,89	-29 816	-0,74	-6 633	-3 929	1 017
Governos municipais	- 35	-0,00	-7 181	-0,18	-2 611	-2 531	- 358
Empresas estatais(2)	2 209	0,06	2 691	0,07	- 299	566	1 418
PIB acumulado no ano*	3 742 819	-	4 045 336		11 885 147	11 982 740	12 047 227

Fonte: BACEN

'(1) Inclui INSS.

'(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

\* Dados preliminares.

'(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Wellington Santos Damasceno. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire e Liliâne Cordeiro Barroso. Estagiário: Guilherme Miranda Soares. Jovem Aprendiz: Pedro Ícaro Borges de Souza.

**Aviso Legal:** O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte